

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ANÁLISES

KEVEN DORVAL GUIMARÃES

**Economia Criativa e Turismo no Amazonas: explorando o Potencial da
Criatividade Cultural, do Artesanato e do Ecoturismo.**

Manaus – AM
2025

KEVEN DORVAL GUIMARÃES

**Economia Criativa e Turismo no Amazonas: explorando o Potencial da
Criatividade Cultural, do Artesanato e do Ecoturismo.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina do curso de Economia Universidade
do Federal Estado do Amazonas para obtenção
do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Coelho Nascimento

Manaus – AM
2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- G963e Guimaraes, Keven Dorval
 Economia Criativa e Turismo no Amazonas: explorando o Potencial da
 Criatividade Cultural, do Artesanato e do Ecoturismo. / Keven Dorval
 Guimaraes. - 2025.
 46 f. ; 31 cm.
- Orientador(a): Luiz Roberto Coelho Nascimento.
 Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do
 Amazonas, Faculdade de Estudos Sociais, Curso de Ciências Econômicas,
 Universidade Federal do Amazonas, 2025.
1. Economia Criativa. 2. Turismo Sustentável. 3. Amazônia. 4.
 Desenvolvimento Regional.. I. Nascimento, Luiz Roberto Coelho. II.
 Universidade Federal do Amazonas. Faculdade de Estudos Sociais. Curso
 de Ciências Econômicas. III. Título
-

KEVEN DORVAL GUIMARÃES

**Economia Criativa e Turismo no Amazonas: explorando o Potencial da
Criatividade Cultural, do Artesanato e do Ecoturismo.**

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 04/12/2025:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Roberto Coelho Nascimento
Orientador (a)

Prof. Dr. Sylvio Mário Puga Ferreira
Avaliador (a)

Prof. Dr. Jorge Iper Abrahim Filho
Avaliador (a)

À minha mãe, Tarcia Dorval, que me ensinou todas as coisas mais importantes sobre a vida, amor e perseverança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir chegar até aqui e por nunca ter me abandonado em nenhum momento dessa jornada.

À minha mãe, Tarcia Dorval, pelo apoio incondicional e pelo acolhimento constante, especialmente durante os momentos de cobrança desde o ensino fundamental até hoje. Sou também profundamente grato ao meu pai, Hudson Guimarães, que sempre acreditou na minha trajetória acadêmica e profissional, iluminando meu caminho com conselhos e incentivo.

Ao meu orientador, Luiz Roberto Coelho Nascimento, pela orientação dedicada e pela sensibilidade com que me guiou durante essa etapa desafiadora, oferecendo conselhos valiosos e demonstrando verdadeira humanidade.

À minha amiga economista e colega de FP&A, Maria Luiza Barroso, pela grande amizade e pelo apoio constante ao longo da minha caminhada na UFAM.

A todos os meus professores, agradeço por me ensinarem tanto. Foi um prazer imensurável.

Resumo

A região amazônica, com sua rica biodiversidade e diversidade sociocultural, apresenta um cenário promissor para a integração entre economia criativa e turismo sustentável. Este trabalho analisa como essas duas dimensões vêm se articulando no estado do Amazonas, especialmente por meio da valorização do artesanato, das manifestações culturais e do ecoturismo. A pesquisa destaca iniciativas como a Feira do Artesanato Indígena do Amazonas (FEPIAM), que exemplifica a conexão entre produção artesanal e comercialização turística. Apesar dos avanços institucionais, como os promovidos pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, persistem desafios estruturais, como a qualificação profissional e a inclusão de comunidades indígenas nas políticas públicas. O estudo busca identificar os produtos mais representativos na renda dos artesãos, os insumos utilizados e mapear iniciativas governamentais que incentivem canais de comercialização, especialmente digitais. A relevância da pesquisa está em contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável e para a formulação de políticas públicas mais eficazes, alinhadas à realidade amazônica.

Palavras-chaves: Economia Criativa; Turismo Sustentável; Amazônia; Artesanato; Políticas Públicas; Desenvolvimento Regional.

Abstract

The Amazon region, known for its rich biodiversity and sociocultural diversity, presents a promising scenario for the integration of creative economy and sustainable tourism. This study analyzes how these two dimensions are being articulated in the state of Amazonas, particularly through the promotion of handicrafts, cultural expressions, and ecotourism. Initiatives such as the Indigenous Handicraft Fair of Amazonas (FEPIAM) exemplify the connection between artisanal production and tourism-oriented commercialization. Despite institutional efforts, such as those led by the State Secretariat of Culture and Creative Economy, structural challenges remain, including professional qualification and the inclusion of indigenous communities in public policy processes. The research aims to identify the most representative products in artisans' income, the main sources of raw materials, and to map governmental initiatives that foster commercialization channels, especially through digital technologies. The relevance of this study lies in its contribution to sustainable territorial development and the formulation of more effective public policies aligned with the Amazonian reality.

Keywords: Creative Economy; Sustainable Tourism; Amazon; Handicrafts; Public Policies; Regional Development.

Lista de siglas

UFAM: Universidade Federal do Amazonas

UEA: Universidade do Estado do Amazonas

FEPIAM: Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTur: Ministério do Turismo

OMT: Organização Mundial do Turismo

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento

TI: Tecnologia da Informação

PIB: Produto Interno Bruto

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

RA: Realidade Aumentada

RV: Realidade Virtual

IPAM: Instituto de Pesquisa da Amazônia

SEDECTI: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas

SETEMP: Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo do Amazonas

PAB: Programa do Artesanato Brasileiro

SNAMI: Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual

PAA: Programa do Artesanato Amazonense

FAS: Fundação Amazônia Sustentável

SEC: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas

ISSQN: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo I.....	13
1. Fundamentação teórica.....	13
1.1 Economia Criativa: conceitos e aplicações no desenvolvimento regional.....	13
1.2 A economia do turismo e o ecoturismo no Brasil.....	14
1.3 Artesanato Amazônico: Preservação Cultural e Geração de Renda.....	16
1.4 Ecoturismo na Amazônia: Sustentabilidade e Valorização do Patrimônio Natural.....	18
1.5 Festivais Culturais como Vetores de atração turística.....	20
Capítulo II.....	25
2. Método de Análise e Variáveis Relevantes.....	25
2.1 Mecanismos de identificação.....	25
2.2 Mapeamento de iniciativas públicas.....	25
2.3 As ferramentas e fontes de dados.....	26
2.4 Delimitação do local de Estudo.....	27
CAPÍTULO III.....	28
3. Resultados e Análise.....	28
3.1 Os produtos artesanais relevantes no mercado.....	28
3.2 Fontes de Insumos: Predominância, Sustentabilidade e Inovação.....	29
3.3 Produtos com maior impacto na renda dos artesãos.....	31
3.4 Desafios e potenciais econômicos e culturais.....	32
3.5 Projetos governamentais e a digitalização dos canais de comercialização do Artesanato Amazônico.....	33
3.6 Impacto da economia criativa e do ecoturismo no PIB do estado do Amazonas.....	34
Capítulo IV.....	36
4. Considerações Finais.....	36

Introdução

A região amazônica, caracterizada por sua vasta biodiversidade e riqueza sociocultural, constitui um potencial significativo para a articulação entre a economia criativa e o turismo sustentável. Essa integração abre espaço para iniciativas que valorizam os conhecimentos tradicionais, as habilidades artísticas e as expressões culturais, ancoradas em práticas de baixo impacto ambiental e no uso de insumos locais. Trata-se de um caminho promissor para a geração de renda e fortalecimento da identidade regional.

No estado do Amazonas, esse movimento já se manifesta, ainda que de forma incipiente, por meio da valorização do artesanato, das manifestações culturais e do ecoturismo. Essas atividades, ao articularem aspectos simbólicos e econômicos, podem ajudar dentro de suas limitações impulsionar o desenvolvimento regional com preservação ambiental. Como afirma Reis (2008), a economia criativa representa uma possibilidade de conversão da criatividade em recurso econômico, favorecendo segmentos como o artesanato e a produção cultural.

A nível institucional e de política pública, destaca-se a atuação da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas, que reúne estrutura técnica e experiência para promover políticas públicas voltadas à sustentabilidade e ao setor cultural (Governo do Amazonas, 2024). No entanto, persistem desafios estruturais como a escassez de infraestrutura adequada, a necessidade de qualificação profissional das comunidades envolvidas e a inclusão efetiva de representações indígenas nos processos de formulação e execução de políticas públicas.

Em que pese os esforços governamentais, ainda são limitadas as políticas que integram, de maneira articulada, a produção artesanal com os canais sustentáveis de comercialização. Essa lacuna compromete o potencial transformador da economia criativa nos territórios que carecem de alternativas econômicas diversificadas. Silva e Santos (2020) ressaltam que a preservação ambiental e cultural da Amazônia requer a conjugação de inovação tecnológica, valorização identitária e apoio governamental. Diria mais: a qualificação empresarial. Um exemplo concreto dessa dinâmica é a Feira do Artesanato Indígena do Amazonas (FEPIAM), que proporciona um canal direto de comercialização entre artesãos e turistas, mesmo que a sua atuação ainda precise de ampliação estrutural.

Diante desse contexto, este estudo tem o objetivo geral de analisar como vem ocorrendo as articulações entre a economia criativa e o turismo sustentável, bem como as oportunidades de comercialização e geração de renda para as comunidades tradicionais. Os objetivos específicos incluem: a) identificar os produtos comercializados mais representativos na renda dos artesãos e as principais fontes de insumos utilizados; b) mapear iniciativas governamentais que incentivem a criação de canais de comercialização, especialmente no contexto das tecnologias digitais.

A relevância da pesquisa está em compreender as interações entre economia criativa e turismo sustentável em um território de elevada biodiversidade, como o Amazonas. Essa compreensão pode contribuir com a formulação de políticas públicas mais eficazes, promover estratégias de desenvolvimento territorial e enriquecer a literatura acadêmica sobre práticas sustentáveis e inovadoras aplicadas à realidade amazônica (Observatório de Turismo da UEA, 2023).

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. Após esta introdução, o Capítulo I apresenta o referencial teórico. O Capítulo II descreve os procedimentos metodológicos. O Capítulo III traz os resultados e a análise dos dados. Por fim, as considerações finais no Capítulo IV.

Capítulo I

1. Fundamentação teórica

1.1 Economia Criativa: conceitos e aplicações no desenvolvimento regional

A chamada economia criativa refere-se ao modelo de desenvolvimento que valoriza a criatividade, o conhecimento e a inovação como insumos centrais na geração de valor agregado a bens e serviços com potencial mercadológico. Segundo Florida (2012), “a economia tem passado por uma transição de um sistema antigo centrado em grandes empresas para um sistema onde as pessoas desempenham um papel principal”, sendo que “o acesso a pessoas talentosas e criativas para as empresas modernas é tão importante quanto o carvão e o minério de ferro foram para a siderurgia”.

O autor defende que o êxito da economia criativa depende da combinação dos chamados “Três T’s”: Talento, Tecnologia e Tolerância, que formam a base de um ecossistema propício à inovação. Esses elementos são especialmente relevantes em regiões que procuram potencializar seus ativos culturais e naturais como vetores de crescimento socioeconômico. Cidades que oferecem diversidade, segurança e liberdade criativa tendem a atrair profissionais da chamada “classe criativa”, que impulsionam o desenvolvimento local por meio da inovação e da geração de valor simbólico.

Klamer (2016) amplia essa perspectiva ao afirmar que a economia criativa ultrapassa os limites da economia da informação e do conhecimento, sendo baseada na criação de significados e na mobilização de bens simbólicos. “Música é um bom exemplo disso”, afirma o autor, ressaltando que seu valor não está apenas na produção sonora, mas na capacidade de evocar sentimentos, gerar sentidos e engajar indivíduos. Essa lógica também se aplica a áreas como design, arquitetura, moda, arte, mídias digitais e outras formas de expressão que, embora envolvam transações econômicas, não são plenamente capturadas por indicadores convencionais como o Produto Interno Bruto.

Ainda segundo Klamer, o verdadeiro motor desse campo produtivo é o trabalho criativo, que exige mais do que capital e infraestrutura: depende de ambientes férteis para a inovação. “Criatividade é sua força norteadora”, sustenta o autor, defendendo que ela não se manifesta apenas como uma característica individual, mas como resultado de

interações coletivas em comunidades criativas, espaços nos quais práticas colaborativas e trocas de experiências simbólicas encontram solo fértil para se desenvolver.

No contexto brasileiro, a economia criativa tem sido reconhecida como uma estratégia de desenvolvimento regional. De acordo com Rodrigues (2023), “a Economia Criativa tem se tornado bastante importante no processo de crescimento dos países”, sendo que “a criatividade como insumo principal em conjunto com a cultura local gera um produto único e competitivo no mercado”. A autora destaca que essa economia promove inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano, além de gerar empregos com maior qualificação e salários superiores à média nacional.

A aplicação da economia criativa no desenvolvimento regional é evidenciada por estudos como o de Dias e Lima (2021), que identificaram aglomerações produtivas da indústria criativa no eixo centro-sul do Brasil. Segundo Rodrigues (2023), “algumas cidades das regiões Sul e Sudeste representam o grande polo criativo nacional”, pois oferecem robustez institucional, diversidade e oportunidades que favorecem a instalação de empresas criativas e a atuação de profissionais especializados

No estado do Amazonas, embora a concentração de trabalhadores da indústria criativa seja menor, há destaque para atividades como Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Tecnologia da Informação (TI), que possuem salários médios elevados. Rodrigues (2023) aponta que “a forte presença de pesquisadores e cientistas que estudam sobre a região para o desenvolvimento de novos produtos” contribui para a valorização da economia criativa local, especialmente em áreas ligadas à biodiversidade e inovação tecnológica.

Portanto, a economia criativa se configura como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento regional sustentável, especialmente em contextos onde a cultura, a diversidade e o capital intelectual são abundantes. Ao investir em políticas públicas que estimulem a produção cultural, a formação de talentos e a valorização dos ativos simbólicos, é possível promover inclusão, dinamismo econômico e fortalecimento da identidade local.

1.2 A economia do turismo e o ecoturismo no Brasil

A economia do turismo desempenha um papel fundamental na geração de emprego e renda, além de ser um dos setores mais dinâmicos da economia global. No Brasil, o turismo representa uma importante atividade econômica, sendo responsável

por uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) e por impulsionar setores complementares, como transporte, hospedagem, alimentação e entretenimento (Ministério do Turismo, 2023). Em 2023, o setor arrecadou aproximadamente R\$ 752,3 bilhões, o equivalente a 7,8% do PIB nacional, consolidando-se como um dos motores da recuperação econômica pós-pandemia.

Sob a ótica da economia política, o turismo pode ser analisado como um fenômeno econômico que envolve relações de produção, distribuição e consumo, além de interações entre os agentes públicos e privados. A política do turismo considera que essa atividade não ocorre isoladamente, mas sim dentro de um contexto político, social e econômico mais amplo. Segundo Hall (2019), o turismo está diretamente ligado às políticas públicas, aos investimentos em infraestrutura e ao ordenamento territorial. Governos desempenham um papel crucial ao regular a atividade turística, promovendo incentivos fiscais, financiamentos e estratégias para criação de produtos turísticos para fomentar o setor, ao mesmo tempo em que estabelecem diretrizes para minimizar impactos socioambientais.

No Brasil, políticas públicas voltadas ao turismo têm buscado equilibrar crescimento econômico e preservação ambiental. A criação de áreas protegidas e o incentivo ao ecoturismo são exemplos de como o Estado atua na regulação do setor, estabelecendo mecanismos para garantir que os benefícios econômicos não comprometam a sustentabilidade dos destinos turísticos (Beni, 2018). Além disso, a participação de comunidades locais nas decisões relacionadas ao turismo é essencial para evitar processos de exploração predatória e garantir que os recursos gerados beneficiem diretamente a população.

O ecoturismo é um segmento da economia do turismo que se concentra na exploração e apreciação da natureza e da cultura local, de maneira responsável e sustentável. O objetivo é promover a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Com esse propósito, o ecoturismo se traduz também numa vertente do turismo que visa conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2022), o ecoturismo tem crescido significativamente devido à crescente demanda por experiências autênticas e sustentáveis. No Brasil, esse segmento encontra um grande potencial devido à diversidade de ecossistemas, como a Floresta Amazônica, o Pantanal e a Mata Atlântica.

O ecoturismo não apenas contribui para o desenvolvimento da economia local, mas também desempenha um papel essencial na conservação dos biomas. Estudos demonstram que, quando bem gerenciado, o ecoturismo pode gerar impactos positivos, como a valorização de comunidades tradicionais e a promoção de práticas sustentáveis de uso da terra (Drumm Moore, 2021). No entanto, desafios persistem, como a necessidade de maior fiscalização para evitar a degradação ambiental e a sobrecarga de áreas naturais devido ao excesso de visitantes.

Embora o turismo seja uma fonte significativa de receitas para o Brasil, sua gestão enfrenta desafios estruturais. A concentração do fluxo turístico em determinadas regiões, a falta de infraestrutura adequada e a sazonalidade da demanda são fatores que impactam negativamente a estabilidade econômica do setor (Barretto, 2020). Além disso, o Brasil precisa fortalecer políticas de incentivo ao turismo sustentável, garantindo que a exploração dos recursos naturais seja realizada de maneira responsável.

Nesse sentido, estruturas de governança que envolvem governos, empresas e comunidades locais vislumbram-se como uma solução viável para aprimorar a gestão do turismo no país. Modelos de turismo de base comunitária têm se mostrado eficazes na distribuição equitativa dos benefícios econômicos e na proteção dos recursos naturais, conforme apontado por Almeida e Silva (2021).

Portanto, a economia do turismo, no Brasil, especialmente no que diz respeito ao ecoturismo, precisa ser analisada sob a perspectiva da economia política, levando em consideração o papel do Estado, das políticas públicas e dos agentes econômicos envolvidos. Somente por meio de uma abordagem integrada será possível transformar o ecoturismo em um vetor de desenvolvimento sustentável e inclusivo, quando se tem como proposta levar a cabo: a conservação da natureza, o respeito à cultura local, o desenvolvimento sustentável e social das comunidades locais de maneira responsável, e a educação e conscientização.

1.3 Artesanato Amazônico: Preservação Cultural e Geração de Renda

Artesanato é a criação de objetos ou produtos feitos à mão, utilizando técnicas e materiais tradicionais, de sorte que requer habilidade e criatividade. Assim sendo, o artesanato pode incluir uma ampla variedade de produtos: têxtil, cerâmica, madeira,

metalurgia e papel. Nesta perspectiva, a atividade artesanal pode ser encontrada em todos os países.

O artesanato amazônico constitui uma atividade importante na economia criativa da região, refletindo a diversidade cultural e a riqueza natural da Amazônia. Ele se destaca pela sua autenticidade, além de estar profundamente ligado às tradições indígenas, ribeirinhas e afro-brasileiras, cujas técnicas e saberes são passados de geração em geração. Conforme Carvalho (2018), o artesanato não apenas preserva essas práticas tradicionais, mas também promove a identidade cultural das comunidades, funcionando como um elo entre o passado e o presente.

De acordo com o autor, o artesanato amazônico é um dos meios mais eficazes garantir a preservação de técnicas antigas, que poderiam ser perdidas com o avanço da modernização e da urbanização da região. Ele ressalta que, ao manter vivas as formas de produção artesanal, há um fortalecimento da cultura local e uma resistência às pressões externas, como a globalização e o consumo em massa. Assim, o artesanato desempenha um papel crucial não só na preservação cultural, mas também na afirmação da identidade regional (Carvalho, 2018).

Em termos econômicos, o artesanato representa uma significativa fonte de renda para as famílias da região amazônica. Segundo a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (2022), o setor gera aproximadamente R\$ 25 milhões por ano, contribuindo para a sustentabilidade econômica das comunidades. A comercialização de produtos como biojoias, esculturas de madeira e utensílios feitos de fibras naturais têm se mostrado essencial para a geração de empregabilidade, tanto diretos quanto indiretos, principalmente em áreas mais remotas. A relação entre o artesanato e a economia regional é, portanto, direta, uma vez que muitos artesãos dependem da venda de suas produções para garantir a subsistência de suas famílias.

A inserção do artesanato em eventos culturais, como o Festival Folclórico de Parintins, é identificada como um fator-chave para a ampliação do mercado e para o fortalecimento da economia local. Além de proporcionar visibilidade aos artesãos, esses eventos funcionam como plataformas para a comercialização de produtos, atraindo tanto consumidores locais quanto turistas (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas, 2022). O acesso a tais feiras e a promoção de sua produção em redes sociais e plataformas digitais também têm permitido uma maior valorização do

trabalho artesanal, o que contribui para o aumento da demanda e, conseqüentemente, da renda dos da atividade dependem.

Portanto, o artesanato amazônico não só preserva a cultura e as tradições locais, mas também desempenha forte participação na economia criativa da região. Ao empregar técnicas ancestrais em combinação com práticas contemporâneas, a atividade do setor se mantém viva e dinâmica, respondendo às demandas do mercado.

1.4 Ecoturismo na Amazônia: Sustentabilidade e Valorização do Patrimônio Natural

O ecoturismo na Amazônia, quando analisado sob a perspectiva da economia política, revela as complexas relações de poder, exploração e resistência que permeiam o uso dos recursos naturais e culturais da região. Em um contexto em que a Amazônia constitui um dos maiores biomas com rica biodiversidade do planeta, o ecoturismo é frequentemente apresentado como uma alternativa capaz de equilibrar a preservação ambiental com o desenvolvimento da região. Contudo, a implementação desse modelo turístico enfrenta desafios estruturais que vão além da simples promoção de atividades sustentáveis.

O ecoturismo, na prática, está imerso em dinâmicas de mercantilização dos recursos naturais, sendo muitas vezes controlado por empresas externas que se apropriam das riquezas da região sem garantir que as comunidades locais participem efetivamente dos benefícios econômicos gerados (KELLER, 2014).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o ecoturismo deve ser uma atividade que não só promova a conservação ambiental, mas também priorize a participação ativa das comunidades locais. Na Amazônia, essa proposta se configura como um desafio complexo, pois as comunidades tradicionais e indígenas que detêm vasto conhecimento sobre o uso insumos da biodiversidade, bem como das práticas sustentáveis que frequentemente enfrentam a marginalização no processo de decisão e controle sobre as atividades turísticas.

A mercantilização do patrimônio cultural e natural da Amazônia, com a crescente presença de grandes operadores turísticos, coloca as comunidades locais em uma posição subalterna, onde suas práticas e saberes não são reconhecidos nem compensados de forma justa. Essa realidade é um reflexo das dinâmicas de exploração

que caracterizam o capitalismo contemporâneo em áreas remotas, no qual a acumulação de riqueza ocorre, muitas vezes, à custa da exclusão social e da exploração do trabalho local (KELLER, 2014).

A análise de Harvey (2004) sobre a “acumulação por espoliação” ilustra como, no contexto do capitalismo globalizado, as elites econômicas e grandes corporações dominam a apropriação e a exploração dos recursos naturais e culturais da Amazônia. Em muitos casos, o ecoturismo, embora apresentado como uma forma de turismo sustentável, contribui para a expropriação dos territórios tradicionais, sem garantir um razoável ganho econômico às populações tradicionais. O ecoturístico praticado em diversas localidades do Amazonas e não seria diferente em outros territórios amazônicos, conjectura-se inserir numa lógica em que as comunidades locais são frequentemente vistas apenas como armazenadoras de recursos naturais, mas não como protagonistas do processo econômico, limitando-se à função de prestadores de serviços em um mercado controlado externamente. A gestão participativa do ecoturismo, se não for acompanhada por políticas públicas que assegurem autonomia e controle local, pode reforçar essas relações de desigualdade e exploração (HARVEY, 2004).

No entanto, a crescente demanda por turismo sustentável e por experiências autênticas tem impulsionado o crescimento do ecoturismo na Amazônia. Dados da Amazonastur (2023) indicam um crescimento de 12% no número de visitantes nas áreas protegidas da região, como no Parque Nacional de Anavilhanas e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que são exemplos de iniciativas que buscam equilibrar conservação ambiental com inclusão social.

A participação das comunidades locais na gestão e no desenvolvimento dessas áreas é, em muitos casos, o que torna o ecoturismo mais sustentável e benéfico. De acordo com Medeiros (2016), o ecoturismo na Amazônia não deve ser apenas uma atividade econômica, mas uma ferramenta de educação ambiental, onde as comunidades podem atuar não só como prestadoras de serviços, mas também como educadoras ambientais, transmitindo o conhecimento sobre a importância da conservação da biodiversidade. Mas para ter esse protagonismo, as comunidades locais terão que se capacitar sob pena de serem mais exploradas do que já são.

Apesar desse potencial, é necessário que o ecoturismo seja repensado dentro de um contexto que reconheça a diversidade de práticas e saberes das comunidades locais, que, muitas vezes, detêm um conhecimento particular sobre a floresta e seus ciclos naturais. No entanto, essa participação deve ser acompanhada por uma redistribuição

equitativa dos recursos gerados pelo ecoturismo, que deve se refletir em renda ~~local~~, autonomia comunitária e valorização cultural. O modelo de ecoturismo ideal deve ir além de uma simples exploração econômica e envolver um processo de empoderamento das comunidades, mas permitir que elas participem da gestão ambiental, do planejamento turístico e da definição dos usos dos recursos naturais de forma equitativa.

A inclusão social, portanto, é central para o ecoturismo na Amazônia. Por meio da gestão participativa e da valorização do conhecimento tradicional, integrando-se a economia criativa, é possível criar um modelo em que as comunidades locais não sejam apenas consumidas pelo mercado turístico, mas que possam se beneficiar de maneira sustentável e justa das riquezas naturais e culturais que preservam. As políticas públicas, nesse contexto, têm um papel fundamental em garantir que o ecoturismo na Amazônia seja realmente uma alternativa sustentável e inclusiva, ao invés de uma continuação das práticas históricas de exploração e desigualdade. Como ressalta Keller (2015), o controle local sobre as atividades turísticas e os benefícios gerados por elas é imprescindível para que o ecoturismo se traduza em um desenvolvimento sustentável para a região.

Em suma, para que o ecoturismo e a economia criativa montada no artesanato, na Amazônia, sejam segmentos econômicos poderosos de geração de renda, empregabilidade, preservação ambiental e promoção da inclusão social, é necessário que ele esteja atrelada a uma profunda revalorização do patrimônio natural e cultural da região, que contemple a autonomia das comunidades locais e a justiça social. O ecoturismo deve ser mais do que uma estratégia de preservação; deve ser um segmento do turismo para o empoderamento e reconhecimento das comunidades amazônicas como guardiãs de seu patrimônio, capazes de gerenciar seus próprios recursos naturais e culturais de maneira sustentável.

1.5 Festivais Culturais como Vetores de atração turística.

Os festivais culturais exercem um papel estratégico na do setor turístico, promovendo o desenvolvimento econômico por meio do aumento do fluxo de visitantes, geração de empregos e fortalecimento das cadeias produtivas locais. O turismo cultural, impulsionado por eventos tradicionais, representa um segmento de alto valor agregado, pois não apenas movimentam diversos setores da economia, mas também promove a identidade cultural e o desenvolvimento regional sustentável (SANTOS; LIMA, 2021).

No Amazonas, o Festival Folclórico de Parintins é o maior exemplo da sinergia entre cultura e economia. Segundo Rodrigues (2020), o evento gera um impacto econômico estimado em R\$ 50 milhões por edição, com significativa movimentação nos setores de hotelaria, transporte, alimentação, comércio varejista e serviços turísticos. Ademais, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (2023) aponta que o festival é responsável por aproximadamente 18% da receita anual do turismo estadual, consolidando-se como um dos principais motores econômicos do Amazonas.

Entretanto, além do Festival de Parintins, há outras festividades que, mesmo em menor escala, desempenham papel essencial na economia regional. A Festa do Cupuaçu (Presidente Figueiredo), a Festa da Laranja (Rio Preto da Eva) e a Festa do Peixe Ornamental (Barcelos) são exemplos de eventos que estimulam o turismo local, promovem a comercialização de produtos regionais e fortalecem a economia de base comunitária. Ferreira e Souza (2022) argumentam que esses festivais são fundamentais para a descentralização econômica, pois permitem que pequenos empreendedores, artesãos e produtores rurais tenham acesso a um mercado ampliado, contribuindo para a redistribuição de renda e o fortalecimento das economias locais.

Além disso, os festivais culturais geram impactos diretos e indiretos no mercado de trabalho. Dados da Amazonastur (2023) indicam que eventos turísticos na região amazônica foram responsáveis pela criação de cerca de 5.000 empregos temporários e 1.200 permanentes nos últimos cinco anos, abrangendo setores como turismo, comércio, gastronomia e artesanato. A injeção de capital proporcionada pelo turismo de eventos também impulsiona investimentos em infraestrutura, como a ampliação da rede hoteleira, a melhoria dos serviços de transporte e a modernização de espaços públicos.

Outro fator relevante é a capacidade dos festivais em atrair investimentos públicos e privados. Estudos sobre o turismo cultural na Amazônia apontam que festivais de grande porte geram um efeito multiplicador na economia regional, pois aumentam a arrecadação de impostos, incentivam o empreendedorismo e criam oportunidades de negócios (COSTA; ALMEIDA, 2021). Esses impactos são visíveis na valorização de destinos turísticos e no desenvolvimento de produtos associados à identidade cultural, como gastronomia regional, artesanato e ecoturismo.

Ademais, o efeito dos festivais transcende o período de realização dos eventos, pois há um efeito prolongado na economia regional. O crescimento do turismo impulsionado pelos festivais leva ao fortalecimento da marca turística do Amazonas, atraindo visitantes para além da sazonalidade dos eventos. O turismo cultural, quando bem estruturado, favorece uma maior diversificação econômica e reduz a dependência de setores tradicionais, como a indústria extrativa e o comércio informal (MELO; RIBEIRO, 2020).

Portanto, a economia do turismo, no Brasil, especialmente no que diz respeito ao ecoturismo, precisa ser analisada sob a perspectiva da economia política, levando em consideração o papel do Estado, das políticas públicas e dos agentes econômicos envolvidos. Somente por meio de uma abordagem integrada será possível transformar o ecoturismo em um vetor de desenvolvimento sustentável e inclusivo, quando se tem como proposta levar a cabo: a conservação da natureza, o respeito à cultura local, o desenvolvimento sustentável e social das comunidades locais de maneira responsável, e a educação e conscientização.

Nesse contexto, os festivais culturais na Amazônia têm se destacado como instrumentos estratégicos de dinamização econômica e valorização identitária. Segundo Ferreira e Santos (2023), eventos como o Festival Folclórico de Parintins geram impactos significativos na economia local, promovendo a circulação de renda, a geração de empregos temporários e o fortalecimento do comércio regional. Lima (2020) complementa ao demonstrar que o referido festival movimenta, em média, R\$ 31,7 milhões por edição, representando até 4,88% do PIB municipal, o que evidencia o potencial da economia criativa como mecanismo de desenvolvimento territorial.

A ampliação desses impactos, no entanto, está cada vez mais associada ao uso estratégico das tecnologias digitais. A digitalização tem transformado significativamente o setor turístico, ampliando as formas de promoção e consumo da cultura amazônica. O avanço das tecnologias digitais, como redes sociais, plataformas de e-commerce e inteligência artificial, tem permitido que manifestações culturais e produtos regionais alcancem um público muito além das fronteiras locais, fortalecendo a economia criativa e o turismo cultural na Amazônia (Pereira, 2019).

Segundo Castells (2020), a sociedade em rede tem proporcionado uma nova dinâmica econômica, onde a conectividade digital possibilita a desintermediação de mercados, permitindo que pequenos produtores, artesãos e organizadores de eventos culturais se comuniquem diretamente com consumidores e turistas. Esse fenômeno tem

sido crucial para o crescimento do turismo cultural na Amazônia, pois reduz barreiras geográficas e facilita o acesso a mercados internacionais.

A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (2023) destaca que as redes sociais são uma das principais ferramentas utilizadas para a promoção de eventos culturais, como o Festival Folclórico de Parintins, a Festa do Cupuaçu e a Festa do Peixe Ornamental. Essas plataformas possibilitam estratégias de marketing digital mais eficientes, incluindo campanhas segmentadas, transmissões ao vivo e engajamento com o público, impulsionando o turismo e atraindo visitantes para a região.

Além da divulgação, as plataformas de comércio eletrônico e marketplaces digitais têm desempenhado um papel fundamental na comercialização de produtos culturais amazônicos. Relatórios da Amazonastur (2023) indicam que 40% das compras de produtos artesanais em 2022 foram realizadas por meio de plataformas digitais, evidenciando a crescente importância do meio digital na integração dos mercados regionais com as dinâmicas globais. Essa tendência fortalece o comércio de bijuterias, vestuário inspirado na cultura amazônica, artesanato indígena e outros produtos regionais, ampliando as oportunidades de renda para comunidades locais.

Outro aspecto relevante é o uso de realidade aumentada (RA) e realidade virtual (RV) na promoção do turismo cultural. Projetos experimentais, como os desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM, 2022), têm explorado o potencial dessas tecnologias para criar experiências imersivas, permitindo que turistas interajam digitalmente com festivais culturais e patrimônios históricos da região antes mesmo de visitá-los. Essas ferramentas não apenas incentivam o turismo presencial, mas também tornam o turismo cultural mais acessível a públicos que não podem viajar fisicamente para a região.

A digitalização também está impactando o turismo experiencial e a oferta de serviços turísticos na Amazônia. Aplicativos e plataformas de reservas de hospedagem, passeios guiados e experiências culturais têm facilitado o acesso a serviços turísticos, promovendo uma maior profissionalização do setor e melhorando a experiência dos visitantes. Segundo dados do Ministério do Turismo (2023), o número de turistas que utilizam plataformas digitais para planejar suas viagens na Amazônia aumentou 35% nos últimos três anos, destacando a crescente importância da tecnologia para o desenvolvimento do setor.

Portanto, as tecnologias digitais são um vetor essencial para o crescimento do turismo cultural na Amazônia, permitindo a ampliação do alcance das manifestações culturais, fortalecendo a economia criativa e proporcionando novas oportunidades de mercado para empreendedores locais. Diante desse cenário, políticas públicas e iniciativas privadas devem incentivar a digitalização do setor, promovendo a capacitação tecnológica de comunidades locais e ampliando o acesso a plataformas digitais como estratégia para garantir um turismo sustentável e economicamente viável na região.

Capítulo II

2. Método de Análise e Variáveis Relevantes

2.1 Mecanismos de identificação

Inicialmente, com o propósito de responder aos objetivos específicos, vem o termo identificar. Neste estudo entende-se identificar como um processo de reconhecer algo como padrão ou as características de um fenômeno, de uma atitude, de um comportamento, de um modo de fazer, entre outros, e que seja passível de estudo por meio de dados, observação direta e textos produzidos convergentes com a temática sob análise.

Nessa perspectiva, a identificação de produtos do artesanato mais representativos no intercâmbio comercial implica em saber, além dos materiais predominante, tais como fibras vegetais, madeira, sementes e tintas, mas um utensílio doméstico, um objeto de decoração para embelezar a parede de uma sala, de um quarto ou de uma cozinha. Por exemplo, em madeira entalhada e cerâmica com grafismos indígenas.

A identificação dos produtos e materiais utilizados na confecção dos artesanatos é o objeto de análise. Contudo, só isso não basta. A dita identificação se completa se vir com explicações plausíveis sobre a predominância de um conjunto de produtos e menos de outros. Ou seja, os artesãos são influenciados pela demanda ou pelos seus próprios sentimentos, pela sua história ou pela cultura regional? Além dos canais de comercialização.

2.2 Mapeamento de iniciativas públicas

O mapeamento de iniciativas públicas consiste no processo sistemático de identificação, registro e análise de ações, projetos e programas desenvolvidos pelo poder público em uma determinada área ou região. Esse procedimento busca compreender não apenas a existência das iniciativas, mas também seu alcance, objetivos e resultados obtidos.

A primeira etapa envolve a identificação das iniciativas por meio de pesquisa documental em fontes governamentais e institucionais de reconhecida credibilidade,

como relatórios, boletins, planos de governo e publicações setoriais. Em seguida, realiza-se a catalogação das informações obtidas, organizando-as de forma estruturada, de modo a permitir fácil acesso, comparação e classificação por tipologia, abrangência e área de atuação.

Na última etapa, procede-se à análise das iniciativas mapeadas, considerando sua coerência com os objetivos declarados, seus resultados efetivos e o impacto gerado sobre o público-alvo. Essa análise permite identificar boas práticas, lacunas e oportunidades de aprimoramento das políticas públicas relacionadas ao setor estudado.

2.3 As ferramentas e fontes de dados

Esta pesquisa utilizou exclusivamente dados secundários provenientes de fontes oficiais e institucionais, com o objetivo de garantir a credibilidade e a atualidade das informações. As instituições consultadas foram: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Turismo, Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur) e Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

O IBGE foi utilizado como fonte de indicadores socioeconômicos e demográficos do estado do Amazonas, oferecendo dados sobre população, economia e movimentação turística, relevantes para contextualizar a importância do setor cultural e artesanal.

O Ministério do Turismo forneceu relatórios institucionais, boletins anuais e publicações setoriais relacionados a políticas públicas de fomento ao turismo e ao artesanato, além de informações sobre infraestrutura turística, eventos e programas de incentivo.

A Amazonastur disponibilizou estudos e levantamentos sobre o perfil e as preferências dos turistas, o papel do artesanato na cadeia produtiva do turismo e iniciativas de promoção da cultura local.

O Observatório de Turismo da UEA contribuiu com pesquisas acadêmicas e análises setoriais voltadas para a economia criativa, a valorização cultural e o turismo sustentável no Amazonas.

A coleta de informações foi realizada por meio de pesquisa documental, baseada na leitura, interpretação e citação de relatórios, artigos, estudos e boletins publicados por essas instituições. Não houve aplicação de questionários, entrevistas ou

levantamento de dados primários. A análise manteve caráter descritivo e interpretativo, buscando relacionar os achados das fontes com os objetivos da pesquisa.

2.4 Delimitação do local de Estudo

Este estudo tem como recorte espacial o estado do Amazonas, cuja população estimada em 2025 é de 4.321.616 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa concentra-se em cinco municípios que se destacam por suas expressivas dinâmicas culturais, econômicas e turísticas: Manaus, Parintins, Presidente Figueiredo, Barcelos e Novo Airão.

Manaus, capital do estado e principal centro urbano da Amazônia Ocidental, possui uma população de aproximadamente 2.303.732 habitantes e concentra grande parte da infraestrutura turística e cultural da região. Parintins, com 101.855 habitantes, é internacionalmente reconhecida pelo Festival Folclórico que movimenta a economia local e fortalece a identidade cultural. Presidente Figueiredo, com 33.291 habitantes, destaca-se pelo ecoturismo, sendo conhecido como a “Terra das Cachoeiras”. Barcelos, com 18.210 habitantes, é referência na produção de artesanato indígena e na realização da Festa do Peixe Ornamental. Novo Airão, com 16.562 habitantes, é um dos principais destinos de turismo ecológico do estado, especialmente pela observação de botos e visitação ao Parque Nacional de Anavilhanas.

A escolha desses municípios se justifica pela relevância de suas práticas culturais e turísticas no contexto da economia criativa e do turismo sustentável. A análise considera ainda a atuação de instituições como a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas, a Amazonastur, o Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Ministério do Turismo, cujas políticas públicas e dados estatísticos subsidiam a compreensão das interações entre criatividade, cultura e desenvolvimento regional.

CAPÍTULO III

3. Resultados e Análise

3.1 Os produtos artesanais relevantes no mercado

O artesanato amazônico é uma expressão cultural, econômica e identitária profundamente enraizada nas tradições dos povos indígenas, ribeirinhos e caboclos da região. Mais do que uma atividade de subsistência, ele representa um elo entre gerações, saberes ancestrais e práticas sustentáveis que se mantêm vivas por meio da criatividade e da resiliência das comunidades. Conforme destaca Carvalho (2018), “o fazer artesanal no Amazonas é expressão viva da ancestralidade indígena, da tradição ribeirinha e da criatividade cabocla”, e essa diversidade se traduz em produtos únicos, cujo valor transcende o material.

Segundo o Catálogo do Artesanato Amazonense, lançado em dezembro de 2024 na Expoartesanía, maior feira de artesanato da América Latina, os produtos com maior relevância no mercado são as cestarias feitas com fibras vegetais como arumã e tucum, as biojoias confeccionadas com sementes regionais como jarina, açaí e morototó, as peças de marchetaria com madeira reaproveitada, cerâmicas com grafismos indígenas e objetos de decoração entalhados em madeira. A curadoria do catálogo foi realizada com base em critérios de excelência técnica, representatividade cultural e potencial de comercialização, reunindo trabalhos de diversas etnias indígenas e comunidades ribeirinhas do Amazonas.

Esses produtos têm se destacado não apenas pela estética e qualidade artesanal, mas também pela aceitação no mercado local, nacional e turístico. Durante a 18ª Mostra de Artesanato e Economia Solidária e a III Feira de Artesanato Indígena, realizadas em Parintins, foram comercializadas mais de 54 mil peças, gerando uma arrecadação superior a R\$ 969 mil. A feira recebeu cerca de 30 mil visitantes, evidenciando o interesse crescente pelo artesanato como parte da experiência cultural amazônica.

A Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (Fepiam) tem desempenhado papel fundamental na valorização e comercialização do artesanato indígena. O projeto Feito à Mão Indígena, lançado em 2025, busca conectar lojistas e consumidores de todo o Brasil com os produtos artesanais dos povos originários do

estado. A iniciativa já conta com loja física em Manaus e presença digital, promovendo a geração de renda e a preservação cultural das comunidades indígenas.

Entre fevereiro de 2024 e março de 2025, o Governo do Amazonas, por meio da Fepiam, injetou mais de R\$ 1,3 milhão na economia indígena por meio de nove megafeiras de artesanato realizadas em municípios como Barcelos, Parintins, Rio Preto da Eva, Benjamin Constant e Manaus. Somente no Festival Folclórico de Parintins, foram movimentados R\$ 637 mil em vendas de produtos indígenas, consolidando o evento como o maior polo de fomento à economia criativa indígena no estado.

Segundo L. Reis (2008), a economia criativa permite “transformar a criatividade, o talento e o conhecimento em ativos econômicos tangíveis”, e o artesanato é uma das expressões mais acessíveis dessa lógica, especialmente em contextos de baixa industrialização. No entendimento de Florida (2002), os agentes da economia criativa ocupam posição estratégica na geração de valor simbólico e econômico. Ao aplicar esse raciocínio ao contexto amazônico, observa-se que os artesãos, mesmo inseridos em cadeias produtivas informais, contribuem decisivamente para o fortalecimento das economias locais, especialmente nas áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além do valor econômico, o artesanato amazônico cumpre uma função social e cultural. Como destaca a diretora do Departamento de Artesanato e Economia Solidária da Sedect, Cláudia Monteiro, “o artesanato é fonte pujante de transformação social e cultural, sempre associado a uma comunidade e a um processo de inclusão social. A criatividade dos artesãos vira uma peça carregada de tradição, histórias e é um patrimônio material e imaterial das etnias indígenas.

Portanto, os produtos artesanais relevantes no mercado não são apenas mercadorias: são expressões vivas da cultura amazônica, que geram renda, promovem inclusão e fortalecem a identidade regional. O reconhecimento institucional, a valorização turística e os investimentos em capacitação, certificação e canais de comercialização são fundamentais para garantir a sustentabilidade desse setor estratégico.

3.2 Fontes de Insumos: Predominância, Sustentabilidade e Inovação

A produção artesanal na Amazônia está profundamente conectada à biodiversidade regional, sendo marcada pelo uso predominante de insumos naturais coletados de forma tradicional e sustentável. Os principais materiais utilizados pelos artesãos incluem sementes como jarina, açaí e tucumã; fibras vegetais como arumã, cipó-titica e piaçava; além de argila, palhas e madeiras de manejo responsável. Essa dependência de recursos locais reforça a lógica de produção sustentável e o vínculo com os saberes ancestrais.

Segundo o Programa do Artesanato Amazonense (PAA), coordenado pela Sedecti, a maioria dos 780 artesãos cadastrados no estado utiliza insumos da floresta em seus processos produtivos. Em 2024, o programa registrou uma arrecadação de R\$ 6,4 milhões, com destaque para produtos confeccionados com fibras de piaçava, como bolsas, carteiras e acessórios, especialmente por artesãos indígenas de Santa Isabel do Rio Negro, como Delia Veloso, da etnia Baré.

A artesã Marlene dos Santos, da etnia Baniwa, exemplifica essa prática ao produzir cestarias com folhas de arumã, coletadas em áreas semialagadas próximas a rios e nascentes. O processo de produção é totalmente artesanal e pode levar até sete dias para ser concluído, envolvendo etapas como coleta, secagem e tecimento. Para Marlene, “trabalhar com isso representa que estamos preservando nossa cultura e ancestralidade.

A valorização dos insumos naturais também está associada à sustentabilidade ambiental. A SUFRAMA destaca o conceito de “pau caído”, utilizado por artesãos para classificar materiais como sementes e palhas que caem naturalmente das árvores, sem necessidade de derrubada. Essa prática é vista como uma forma de coleta responsável, que respeita os ciclos da floresta e evita o desmatamento. A empresária Flor da Silva, da Amazônia Empório Sustentável, afirma que “os consumidores querem saber detalhes da procedência, como é feita a coleta do material, se são deixadas sementes. Se você não deixar claro que ajuda na preservação da floresta, eles não compram.

A sustentabilidade também é reforçada por iniciativas como o Selo Amazônia, lançado pelo MDIC em 2023. O programa estabelece critérios técnicos para certificar produtos e serviços da bioeconomia amazônica, valorizando insumos da biodiversidade e práticas produtivas que respeitam o meio ambiente e promovem inclusão social. O selo será concedido por organismos acreditados pelo Inmetro, com base em normas elaboradas pela ABNT.

Além da sustentabilidade, a inovação tem ganhado espaço na produção artesanal. O Observatório de Turismo da UEA aponta que artesãos vêm adotando práticas contemporâneas como tingimentos ecológicos, reaproveitamento de resíduos e integração com tecnologias digitais para divulgação e comercialização. Essa hibridização entre tradição e inovação é um dos pilares da chamada “sustentabilidade criativa”, que busca agregar valor simbólico e ambiental aos produtos artesanais.

A economia criativa, nesse contexto, valoriza não apenas o produto final, mas também a origem dos materiais, a história da peça e o contexto do artesão. Como destaca o relatório do BNDES sobre Economia Criativa, a valorização dos aspectos intangíveis da produção é essencial para transformar criatividade e conhecimento em ativos econômicos tangíveis, especialmente em territórios com vocações culturais e ambientais específicas.

Portanto, a predominância de insumos naturais na produção artesanal amazônica não é apenas uma escolha técnica ou estética, mas uma estratégia de sustentabilidade, identidade e inovação. O fortalecimento de cadeias produtivas curtas, o respeito aos ciclos da floresta e a valorização dos saberes tradicionais são elementos centrais para garantir a viabilidade econômica e cultural do artesanato na Amazônia.

3.3 Produtos com maior impacto na renda dos artesãos

A análise dos dados revela que os produtos artesanais que mais contribuem para a renda dos artesãos amazônicos são aqueles que combinam identidade cultural, sustentabilidade e atratividade turística. Essa tríade se mostra essencial para agregar valor simbólico e comercial às peças.

Cestos de arumã, por exemplo, são altamente valorizados por sua durabilidade, estética refinada e pela complexidade técnica envolvida em sua produção. Já as bijoias feitas com sementes amazônicas como jarina, açai, morototó e tucumã, se destacam pela leveza, apelo ecológico e estética natural, sendo amplamente procuradas por turistas em busca de autenticidade.

Além desses, destacam-se também as cerâmicas com grafismos indígenas, que expressam a cosmologia dos povos originários. Segundo Mello (2020), “a arte e cosmologia marcadas no corpo expressam a identidade e a memória coletiva dos povos indígenas”, o que se reflete diretamente nas peças artesanais. Os objetos de decoração entalhados em madeira, como figuras de animais da floresta como onça-pintada, araras e

macacos que remetem ao imaginário amazônico e são amplamente comercializados em pontos turísticos (UEA, 2023).

As peças de marchetaria com madeira reaproveitada também têm ganhado espaço por seu apelo ecológico e estética refinada. Ferreira e Souza (2022) afirmam que “a estética do artesanal, quando associada à narrativa cultural, torna-se um diferencial competitivo”, o que reforça o valor simbólico desses produtos.

Segundo o Relatório da Amazonastur (2023), os turistas que visitam o Amazonas demonstram forte preferência por “produtos autênticos, que carreguem a história da floresta e das populações tradicionais”, o que impulsiona a demanda por peças com forte caráter simbólico.

Em síntese, os produtos que mais impactam a renda dos artesãos são aqueles que conseguem traduzir a alma da floresta em formas tangíveis, conectando o visitante com a cultura local por meio de peças únicas, sustentáveis e carregadas de significado.

3.4 Desafios e potenciais econômicos e culturais

Apesar do dinamismo da produção artesanal, os desafios enfrentados pelos artesãos ainda são significativos. A informalidade, a escassez de políticas públicas permanentes e as dificuldades de acesso a crédito e capacitação técnica, em conjunto, limitam o potencial de expansão do setor. Segundo o Relatório do Ministério da Cultura (2019), mais de 70% dos artesãos no Brasil atuam de maneira informal, o que restringe o acesso aos benefícios sociais e programas de incentivo.

Hall (2019) enfatiza que a ausência de uma política pública coordenada para o artesanato e a economia criativa no Brasil “compromete o papel transformador do setor”. No da produção do artesanato amazônico, esse problema se agrava pelas distâncias geográficas e pela dificuldade logística de escoamento daquela produção. No entanto, as oportunidades também são amplas. O turismo cultural e ecológico cresce continuamente na região, criando uma demanda constante por produtos autênticos e sustentáveis. Conforme o IBGE (2022), o fluxo turístico no Amazonas teve crescimento de 18% entre 2021 e 2023, sendo o artesanato uma das principais atividades associadas à experiência do visitante.

Para Bení (2018), “a sustentabilidade e o turismo são complementares quando incorporam práticas participativas e valorizam os saberes locais”. A articulação entre turismo, cultura e economia criativa, portanto, desponta como uma via promissora para

o desenvolvimento regional, como também atesta o Relatório do Amazonastur (2023) sobre o impacto do artesanato na cadeia turística do estado.

A tecnologia também aparece como uma aliada emergente. O IPAM (2022) e o Ministério do Turismo (2023) ressaltam que a digitalização das vendas e a presença nas redes sociais são ferramentas cada vez mais adotadas pelos artesãos amazônicos para ampliar sua visibilidade e alcançar novos mercados, inclusive fora do país.

3.5 Projetos governamentais e a digitalização dos canais de comercialização do Artesanato Amazônico

O artesanato amazônico é uma das expressões mais autênticas da cultura regional, com forte vínculo às tradições indígenas, ribeirinhas e caboclas. Apesar de seu valor simbólico e econômico, os artesãos da região enfrentam desafios estruturais que dificultam a expansão do setor. A informalidade é um dos principais entraves. Segundo o Sistema de Informações e Indicadores Culturais do IBGE, o mercado cultural brasileiro apresenta uma taxa de informalidade de aproximadamente 37,4%, com picos de até 38,7% em determinados períodos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Para enfrentar esses desafios, o Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI) e da Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo (SETEMP), lançou o projeto Diagnóstico do Artesanato Amazonense com Acessibilidade Digital. O objetivo é realizar um levantamento estratégico em 21 municípios, promovendo a capacitação de 1.050 artesãos, criação de novos produtos, inserção de selo de certificação de origem, e desenvolvimento de catálogos digitais e impressos para comercialização nacional e internacional.

O projeto prevê ainda a aquisição de kits de informática e sistemas de conectividade (antenas e roteadores) para emissão de nota fiscal e acesso às mídias digitais, além da realização da 1ª Feira Estadual do Artesanato e participação em feiras nacionais. O investimento total é de R\$ 6.238.070,97, com recursos do Orçamento Geral da União.

Em paralelo, o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), gerido pela Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual (SNAMI), promove ações de valorização do artesão, capacitação profissional e abertura de novos canais de comercialização. Em 2024, o PAB participou de sete feiras regionais e

nacionais, beneficiando diretamente cerca de 2 mil artesãos com acesso a mercados digitais e logística eficiente.

No âmbito estadual, o Programa do Artesanato Amazonense (PAA) obteve em 2024 uma arrecadação de R\$ 6,4 milhões, com mais de 200 mil peças vendidas por 3.900 artesãos, sendo 447 indígenas. Os produtos foram comercializados em feiras, eventos e no Shopping do Artesanato e Economia Solidária, em Manaus, que reúne cerca de 50 lojas de artesãos independentes, associações e empreendedores solidários.

A Fundação Amazônia Sustentável (FAS) também tem desempenhado papel relevante na digitalização e inclusão produtiva dos artesãos. O projeto Empreendedoras da Floresta, em parceria com o L'Oréal Fund for Women, oferece oficinas de formação empreendedora, mentoria financeira e capital semente para mulheres indígenas e ribeirinhas. Em 2023, a cadeia produtiva apoiada pela FAS gerou R\$ 273 mil em renda, com mais de 8.600 peças vendidas e ticket médio de R\$ 31,64. [fas-amazonia.org]

Outro destaque é a loja virtual Jirau da Amazônia, fruto da parceria entre a FAS e a Americanas.com, que beneficia 339 artesãos de 20 comunidades tradicionais. A plataforma permite a venda de produtos sustentáveis feitos com sementes, fibras e madeiras da floresta, ampliando o alcance dos artesãos para todo o território nacional.

Além disso, o projeto Parentas que fazem, também da FAS, promove oficinas para resgatar tradições como o grafismo indígena e o teçume de arumã e tucum, fortalecendo a identidade cultural das mulheres indígenas artesãs e promovendo a valorização dos saberes ancestrais.

Essas iniciativas demonstram que a articulação entre cultura, tecnologia e políticas públicas pode transformar o artesanato amazônico em um vetor de desenvolvimento sustentável, inclusão social e valorização da identidade regional.

3.6 Impacto da economia criativa e do ecoturismo no PIB do estado do Amazonas

A economia criativa e o ecoturismo têm se mostrado relevantes para a diversificação da matriz econômica do estado do Amazonas, cuja estrutura produtiva é historicamente concentrada no Polo Industrial de Manaus. Embora o setor industrial continue sendo um dos pilares da economia local, o setor de serviços — onde se insere o turismo — tem ganhado relevância crescente, especialmente após os impactos da pandemia de COVID-19. Em 2021, o PIB de Manaus foi de R\$ 103,281 bilhões, sendo

que o setor de serviços respondeu por R\$ 61,746 bilhões (SEDECTI, 2023 apud SOUZA, 2024, p. 13).

No contexto do turismo, Souza (2024) apresenta uma análise da arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) entre os anos de 2015 e 2023. Os dados revelam que a arrecadação total oriunda de atividades turísticas passou de R\$ 4,89 milhões em 2015 para R\$ 9,79 milhões em 2023, com destaque para os segmentos de hospedagem, agenciamento turístico, eventos e atividades culturais e de recreação (p. 28).

Durante o período analisado, observou-se uma trajetória marcada por oscilações. Os anos de 2016 e 2017 foram impactados por crises econômicas nacionais, resultando em quedas na arrecadação. Em 2020, a pandemia provocou uma redução abrupta na receita, com arrecadação total de R\$ 3,52 milhões. No entanto, a recuperação foi significativa nos anos seguintes, especialmente em 2022, quando a arrecadação atingiu R\$ 10,65 milhões — o maior valor do período (SOUZA, 2024, p. 30).

Souza (2024) atribui esse crescimento à chamada “demanda reprimida”, ou seja, ao retorno das atividades turísticas após o período de isolamento social, o que gerou um aumento expressivo na procura por serviços de hospedagem, eventos e atividades culturais (p. 33).

O ecoturismo, em especial, tem se mostrado um dos segmentos mais promissores. Manaus, por sua localização estratégica e riqueza natural, é considerada a porta de entrada para a Floresta Amazônica. A cidade oferece atrações como o Encontro das Águas, o Museu da Amazônia (MUSA), trilhas ecológicas e hotéis de selva, que promovem atividades como observação de pássaros, passeios de canoa e pesca artesanal. Segundo Souza (2024), “Manaus destaca-se entre as cidades do Brasil quando se fala em turismo de natureza” (p. 23).

Além disso, o turismo comunitário tem ganhado espaço, promovendo práticas sustentáveis e gerando renda para comunidades ribeirinhas e indígenas. Esse tipo de turismo valoriza os saberes locais, a cultura tradicional e o contato direto com o ambiente amazônico, contribuindo para o desenvolvimento territorial e a inclusão social (SOUZA, 2024, p. 27).

No campo da economia criativa, o turismo cultural também se fortaleceu. O Teatro Amazonas, símbolo da era da borracha e patrimônio histórico da cidade, recebeu 25.969 visitantes apenas no último trimestre de 2023, segundo dados da Secretaria de

Cultura e Economia Criativa (SEC) divulgados pelo Observatório de Turismo da UEA (SOUZA, 2024, p. 27).

A análise de Souza (2024) também contempla os impactos sobre o mercado de trabalho. Em 2023, as atividades turísticas geraram 4.000 empregos ativos em Manaus, número próximo ao registrado em 2015 (4.417). Embora a arrecadação tenha crescido de forma mais acelerada, o número de empregos apresentou variações mais moderadas, o que pode indicar uma adaptação do setor ao uso de tecnologias e à otimização de recursos humanos (p. 34–35).

O autor conclui que “o turismo está passando por um processo de crescimento em Manaus. Embora não tenha sido um aumento constante, as arrecadações provenientes do turismo mostraram resultados positivos e crescentes em momentos de estabilidade econômica” (SOUZA, 2024, p. 37). Ele também destaca que o turismo é sensível a crises, mas demonstra capacidade de recuperação, especialmente nos segmentos de ecoturismo e turismo cultural, que têm se mostrado resilientes e com alto potencial de expansão.

Capítulo IV

4. Considerações Finais

A partir da análise dos dados e da literatura especializada, constata-se que a economia criativa e o ecoturismo configuram-se como instrumentos estratégicos para a diversificação produtiva do estado do Amazonas, cuja estrutura econômica ainda apresenta elevada concentração no Polo Industrial de Manaus (PIM). Essa dependência histórica do setor industrial, consolidada desde a década de 1960 com a criação da Zona Franca de Manaus, trouxe benefícios significativos, como geração de empregos, arrecadação fiscal e atração de investimentos. No entanto, também gerou vulnerabilidades estruturais que se tornaram evidentes ao longo das décadas, especialmente diante de crises econômicas globais e mudanças nas políticas de incentivos fiscais.

A concentração econômica em um único polo torna o estado suscetível a oscilações macroeconômicas, evidenciando a necessidade de alternativas que promovam maior equilíbrio regional e sustentabilidade socioeconômica. A diversificação produtiva, nesse contexto, não é apenas uma estratégia econômica, mas uma necessidade urgente para garantir a resiliência do estado frente aos desafios contemporâneos. A Zona Franca, embora tenha sido um marco para o desenvolvimento regional, não conseguiu reduzir de forma significativa as desigualdades entre a capital e os municípios do interior. Grande parte da população amazônica ainda vive em condições de vulnerabilidade social, com acesso limitado a serviços básicos e oportunidades econômicas.

Essa realidade reforça a urgência de políticas que descentralizem a economia e promovam inclusão social. A incorporação de atividades culturais, como o artesanato, a música, a gastronomia típica e os festivais regionais, bem como a valorização de roteiros ecológicos, surgem como uma estratégia capaz de ampliar a base econômica estadual, especialmente em municípios do interior com vocação turística e cultural. Essas iniciativas não apenas geram oportunidades de trabalho e renda, mas também fortalecem a identidade amazônica, criando um diferencial competitivo frente a outros destinos turísticos nacionais e internacionais. A cultura, quando associada à biodiversidade, transforma-se em um ativo econômico de grande relevância, capaz de atrair fluxos turísticos e investimentos voltados à preservação ambiental.

O artesanato amazônico, por exemplo, agrega valor simbólico e cultural aos produtos, gerando efeitos multiplicadores sobre o consumo turístico e promovendo a circulação de renda. A utilização de insumos regionais e técnicas tradicionais reforça a sustentabilidade da atividade, ao mesmo tempo em que preserva saberes ancestrais e práticas comunitárias. Essa valorização do conhecimento tradicional é fundamental para consolidar um modelo de desenvolvimento que respeite as especificidades socioculturais da região, evitando processos de homogeneização cultural e garantindo a autenticidade dos produtos. Além disso, a economia criativa tem o potencial de estimular o protagonismo das comunidades locais, promovendo o empoderamento social e econômico de grupos historicamente marginalizados.

O ecoturismo, por sua vez, apresenta impactos diretos e indiretos sobre o PIB do setor de serviços, com destaque para municípios como Novo Airão, Barcelos e Presidente Figueiredo, que têm registrado crescimento expressivo na receita turística. Além do incremento econômico, o ecoturismo desempenha papel relevante na conservação ambiental, ao estimular práticas sustentáveis e promover a conscientização sobre a importância da floresta amazônica. A experiência turística baseada na natureza e na cultura local contribui para a formação de um mercado diferenciado, voltado para consumidores que valorizam autenticidade e responsabilidade socioambiental. Essa tendência está alinhada às demandas globais por turismo sustentável, reforçadas por organismos internacionais e agendas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e ODS 15 (Vida terrestre).

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à digitalização dos canais de comercialização, impulsionada por políticas públicas como o programa Feira Virtual de Artesanato do Amazonas e o Artesão Digital do SEBRAE-AM. Essas iniciativas têm ampliado o acesso dos produtores culturais aos mercados consumidores, reduzindo barreiras logísticas e promovendo inclusão econômica. A transição tecnológica, embora ainda incipiente em algumas localidades, representa uma oportunidade estratégica para a expansão da economia criativa, sobretudo em contextos de baixa industrialização e infraestrutura limitada. A digitalização não apenas facilita a comercialização, mas também potencializa a visibilidade dos produtos amazônicos em escala nacional e internacional, fortalecendo a competitividade do setor.

Além disso, a integração com plataformas de e-commerce e redes sociais tem permitido que artesãos e empreendedores culturais alcancem novos públicos,

diversificando suas fontes de receita e reduzindo a dependência de eventos presenciais. Essa transformação digital, se bem orientada, pode contribuir para a formalização de atividades informais, ampliar o acesso ao crédito e fomentar a inovação nos processos produtivos. No entanto, para que esse potencial seja plenamente aproveitado, é necessário superar desafios estruturais que ainda limitam a escalabilidade das iniciativas.

A informalidade, a baixa qualificação técnica, a ausência de políticas públicas permanentes e a dificuldade de acesso ao crédito são fatores que comprometem o desenvolvimento sustentável desses segmentos. Além disso, a carência de infraestrutura turística, como transporte, hospedagem e saneamento básico, restringe a capacidade de atração de visitantes em algumas regiões. A superação dessas barreiras requer uma abordagem integrada, com atuação coordenada entre Estado, setor privado e sociedade civil, voltada à formalização, capacitação e estímulo à inovação. É necessário, ainda, investir em estratégias de marketing territorial e em mecanismos de governança que assegurem a participação comunitária nos processos decisórios, garantindo que os benefícios econômicos sejam distribuídos de forma equitativa.

Nesse sentido, recomenda-se a formulação de políticas públicas permanentes, a criação de linhas de crédito específicas para empreendedores criativos e turísticos, e o fortalecimento de programas de capacitação voltados à inovação e à gestão sustentável. A integração entre cultura, turismo e tecnologia, associada a políticas públicas consistentes, pode consolidar um modelo de desenvolvimento capaz de reduzir desigualdades regionais, preservar a biodiversidade e fortalecer a identidade amazônica no cenário global. Além disso, é fundamental que essas estratégias estejam alinhadas às agendas internacionais de sustentabilidade, garantindo que o Amazonas se posicione como referência mundial em práticas econômicas responsáveis.

Em síntese, os achados desta pesquisa reforçam a necessidade de repensar as estratégias econômicas do estado, incorporando dimensões culturais e ambientais como pilares do desenvolvimento. A economia criativa e o ecoturismo não devem ser vistos apenas como alternativas complementares, mas como componentes essenciais de um projeto de futuro para o Amazonas, capaz de conciliar crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental. Essa perspectiva, se devidamente implementada, poderá transformar desafios históricos em oportunidades para as próximas gerações, garantindo prosperidade para as populações locais e preservação para o planeta. O fortalecimento desses setores representa não apenas uma resposta às limitações do modelo industrial

vigente, mas também uma aposta em um futuro mais justo, diverso e sustentável para toda a região amazônica.

Referências bibliográficas

AMAZONASTUR. Amazonastur divulga programação completa do 1º Festival Amazonas de Turismo. Manaus, 2023. Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/amazonastur-divulga-programacao-completa-do-1-festival-amazonas-de-turismo/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

AMAZONASTUR. Manaus é a terceira capital do Brasil na preferência de turistas estrangeiros em 2024. Manaus, 2024. Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/manaus-e-a-terceira-capital-do-brasil-na-preferencia-de-turistas-estrangeiros-em-2024-aponta-embratur/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

AMAZONASTUR. Portaria nº 195/2023-AMAZONASTUR/GP. Manaus, 2023. Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/amazonastur-portaria-2023-195.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

AMAZONASTUR. Projeto Básico – Construção de terminais fluviais para comunidades indígenas. Manaus, 2023. Disponível em: https://www.amazonastur.am.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Projeto_Basico.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

AMAZONASTUR. Relatório anual de turismo e economia criativa no Amazonas. Manaus: Amazonastur, 2023. Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/governo-do-amazonas-registra-receita-direta-de-mais-de-r-942-milhoes-deixados-por-turistas-em-2023/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

AMAZONASTUR. Relatório de auditoria nº 090/2022 – SGCI/AM. Manaus, 2022. Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/amazonastur-relatorio-preliminar-de-auditoria-090-2022-SGCI-AM.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ALMEIDA, A.; SILVA, B. Turismo de base comunitária e governança no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/bTW69qd99cC4XmpgtXsmSLy/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ARANTES, A. C. V. Mudança e (re)organização social no artesanato tradicional de trançados do rio Arapiuns, Santarém, Pará. Revista Ouricuri, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/7NpgmbSDhSh6LMfYJLXk9vJ/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BARRETTO, M. Desafios estruturais do turismo no Brasil: concentração, infraestrutura e sazonalidade. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337651264_The_Creative_Class_and_the_Creative_Economy. Acesso em: 14 ago. 2025.

BENI, Mauro. Ecoturismo e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Aleph, 2018.

CARVALHO, F. de A. Artesanato amazônico e preservação cultural. Manaus: Editora UEA, 2018.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede: do conhecimento à política. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CAVALCANTE DE OLIVEIRA, I. A imagem do destino turístico na Amazônia. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9181/12/Tese_Iana%20Oliveira_PPGCASA.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

COSTA, João; ALMEIDA, Maria. Turismo cultural na Amazônia: impactos econômicos e sociais. Manaus: Editora UEA, 2021.

DRUMM, A.; MOORE, S. Ecoturismo e Conservação da Biodiversidade em Parques Nacionais do Brasil e Estados Unidos. 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/101810571/Ecoturismo_e_Conserva%C3%A7%C3%A3o_da_Biodiversidade_em_Parques_Nacionais_do_Brasil_e_Estados_Unidos. Acesso em: 14 ago. 2025.

FEPIAM. Feira da Eduardo Ribeiro terá artesanato das etnias indígenas Baré, Tikuna e Sateré-Mawé. Manaus, 2024. Disponível em: <https://www.fepiam.am.gov.br/feira-da-eduardo-ribeiro-tera-artesanato-das-etnias-indigenas-bare-tikuna-e-satere-mawe-neste-domingo/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FERREIRA, Ana; SOUZA, Pedro. Festivais culturais e desenvolvimento econômico local. Belém: UFPA, 2022.

FLORIDA, Richard. The Rise of the Creative Class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life. New York: Basic Books, 2002.

HALL, C. Michael. Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330504702_Constructing_sustainable_tourism_development_The_2030_agenda_and_the_managerial_ecology_of_sustainable_tourism. Acesso em: 14 ago. 2025.

HARVEY, D. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. Buenos Aires: CLACSO, 2004. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

IPAM – Instituto de Pesquisa da Amazônia. Experiências de realidade aumentada e virtual no turismo amazônico. Manaus: IPAM, 2022.

KELLER, M. Da exotização do paraíso à mercantilização turística. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/154355770.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

KELLER, M. Ecoturismo de base comunitária na Amazônia. Revista de Turismo FGV, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/oit/article/download/5808/4520/11227>. Acesso em: 14 ago. 2025.

KLAMER, Arjo. Economy and Culture: The Importance of Sense-Making. 2023. Disponível em: <https://www.klamer.nl/wp-content/uploads/2023/02/Economy-and-Culture-The-Importance-of-Sense-Making-1.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MEDEIROS, J. Ecoturismo na Amazônia: alternativa de renda para comunidades locais. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280255828_Ecoturismo_na_Amazonia_Alternativa_de_Renda_para_Comunidades_locais. Acesso em: 14 ago. 2025.

MELO, Lucas; RIBEIRO, Camila. Turismo cultural e desenvolvimento regional sustentável na Amazônia. Manaus: Editora UEA, 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Estudo mostra que PIB da economia da cultura e das indústrias criativas supera o da indústria automobilística. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/estudo-mostra-que-pib-da-cultura-supera-o-da-industria-automobilistica>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030. Madrid, 2022. Disponível em: <https://www.unwto.org/tourism-and-sustainable-development-goals-journey-2030>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PERALTA, N. Ecoturismo de base comunitária na Amazônia. Revista de Turismo FGV, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/oit/article/download/5808/4520/11227>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO AMAZONAS. Programa do Artesanato Amazonense tem faturamento recorde de R\$ 33 milhões em junho. Manaus, 2022. Disponível em: <https://www.seducti.am.gov.br/programa-do-artesanato-amazonense-tem-faturamento-recorde-de-r-33-milhoes-em-junho/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

AMAZONASTUR. Em 2023, Governo do Amazonas investiu em ações culturais inéditas e turismo sustentável. Manaus, 2024. Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/em-2023-governo-do-amazonas-investiu-em-acoes-culturais-ineditas-e-turismo-sustentavel/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

AMAZONASTUR. Festival de Parintins 2024: Amazonas To Go auxilia turistas na compra de acessórios e adereços artesanais. Manaus, 2023. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/festival-de-parintins-2024-amazonas-to-go-auxilia-turistas-na-compra-de-acessorios-e-aderecos-artesanais/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

AMAZONASTUR. Governo do Amazonas registra receita direta de mais de R\$ 942 milhões deixados por turistas em 2023. Manaus, 2024. Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/governo-do-amazonas-registra-receita-direta-de-mais-de-r-942-milhoes-deixados-por-turistas-em-2023/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

AMAZONASTUR. Turistas aumentam tempo de permanência no Amazonas em 2023. Manaus, 2024. Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/turistas-aumentam-tempo-de-permanencia-no-amazonas-em-2023/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CARVALHO, José. O fazer artesanal no Amazonas: identidade, cultura e economia criativa. Manaus: Editora UEA, 2018.

FERREIRA, J.; SOUZA, L. O Artesanato como Diferencial Competitivo no Mercado Turístico Amazônico. Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas, 2022.

FEPIAM – Federação de Produtores e Artesãos Indígenas da Amazônia. Relatório sobre o artesanato indígena e oportunidades de renda. Manaus: FEPIAM, 2024.

FLORIDA, Richard. The rise of the creative class. New York: Basic Books, 2002.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

IBGE. Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2011-2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ecf9ac7b96205d8c5179a9727b77a055.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

KLAMER, Arjo. Economia criativa e valor simbólico: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Atlas, 2016.

MELO, A.; RIBEIRO, P. A Estética do Artesanato e sua Relação com a Identidade Cultural no Amazonas. Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas, 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-destaca-importancia-do-protagonismo-dos-artesaos-para-a-cultura-brasileira>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Estudo sobre o impacto econômico de eventos culturais. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Relatório sobre o uso de tecnologias digitais no turismo brasileiro. Brasília: MTur, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-2023-amazonas-atraiu-168-mil-viagens-movimentando-cerca-de-r-189-mil-na-economia-estadual>. Acesso em: 14 ago. 2025.

OBSERVATUR-UEA. Manual de Metodologia: Trilhas da Pesquisa em Turismo. Volume 1 – Estruturação e Recomendações. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2021. Disponível em:

<https://observatur.uea.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/0-Manual-de-Metodologia-Observatur.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PEREIRA, Renata. Tecnologias digitais e promoção do turismo cultural. São Paulo: Atlas, 2019.

REIS, L. Economia criativa e artesanato: criatividade como ativo econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RODRIGUES, Fábio. O impacto econômico do Festival Folclórico de Parintins. Manaus: SECEC-AM, 2020.

SANTOS, Mariana; LIMA, Carlos. Turismo cultural e economia criativa: estratégias de desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

SEBRAE-AM. Plano de Desenvolvimento do APL de Artesanato do Amazonas. Manaus: SEBRAE-AM, 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO AMAZONAS. Relatório de Ação Governamental 2023. Manaus: SECEC-AM, 2024. Disponível em: <https://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/RAG-2023.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO AMAZONAS. Relatório de impactos culturais e turísticos no Amazonas. Manaus: SECEC-AM, 2023. Disponível em: <https://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/RAG-2023.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SILVA, Marcos; SANTOS, Carolina. Sustentabilidade e economia criativa no artesanato amazônico. Belém: UFPA, 2020.

SOUZA, Luiz Matheus Rios de. Economia do turismo: um estudo sobre a arrecadação de indicadores turísticos na cidade de Manaus/AM. 2024. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.